



Português - Prof. Felipe Luccas

**Texto para as questões de 1 a 8.****Espaço**

Tendência de tudo feito pelo homem é para diminuição, dos telefones e computadores aos assentos na classe econômica. O próprio ser humano trata de perder volume

Já somos seis bilhões, não contando os milhões que nasceram desde o começo desta frase. Se fosse um planeta bem administrado, isso não assustaria tanto. Mas é, além de tudo, um lugar mal frequentado. Temos a fertilidade de coelhos e o caráter de chacais, que, como se sabe, são animais sem qualquer espírito de solidariedade. As megacidades, que um dia foram símbolos da felicidade bem distribuída que a ciência e a técnica nos trariam — um helicóptero em cada garagem e caloria sintética para todos, segundo as projeções futuristas de anos atrás — se transformaram em representações da injustiça sem remédio, cidadelas de privilégio cercadas de miséria, uma réplica exata do mundo feudal, só que com monóxido de carbono. Nosso futuro é a aglomeração urbana, e as sociedades se dividem entre as que se preparam — conscientemente ou não — para um mundo desigual e apertado e as que confiam que as cidadelas resistirão às hordas sem espaço. Os jornais ficaram mais estreitos para economizar papel, mas também porque diminuí a área para expansão dos nossos cotovelos. Chegaremos ao tabloide radical, duas ou três colunas magras onde tudo terá que ser dito com concisão desesperada. Adeus advérbios de modo e frases longas, adeus frivolidades e divagações superficiais como esta. A tendência de tudo feito pelo homem é para a diminuição — dos telefones e computadores portáteis aos assentos na classe econômica. O próprio ser humano trata de perder volume, não por razões estéticas ou de saúde, mas para poder caber no mundo.

No Japão, onde muita gente convive há anos com pouco lugar, o espaço é sagrado. Surpreende a extensão dos jardins do Palácio Imperial no centro de Tóquio, uma cidade onde nem milionário costuma ter mais de dois quartos, o que dirá um quintal. É que o espaço é a suprema deferência japonesa. O imperador sacralizado é ele e sua imensa circunstância. Já

nos Estados Unidos, reverencia-se o espaço com o desperdício. Para entender os americanos, você precisa entender a sua classificação de camas de acordo com o tamanho: queen size, tamanho rainha, king size, para reis e, era inevitável, emperor size, do tamanho de jardins imperiais. É o espaço como suprema ostentação, pois — a não ser para orgias e piqueniques — nada é mais supérfluo do que espaço sobrando numa cama, exatamente o lugar onde não se vai a lugar algum.

Os americanos ainda não se deram conta de que, quando chegar o dia em que haverá chineses embaixo de todas as camas do mundo, quanto maior a cama, mais chineses.

Leia mais: <https://oglobo.globo.com/opiniaio/espaco-21486905#ixzz4kZ9cZ1fU>

1. Depreende-se corretamente do texto que

- a) As megacidades concretizaram seu potencial como indicadores da felicidade igualitária que eram projetados no passado.
- b) O autor projeta para o futuro, que entende estar muito próximo, um fenômeno de superpopulação para o qual as cidades não estão se preparando de forma consciente.
- c) A noção de espaço é sagrada tanto na cultura oriental quanto na ocidental, conforme as manifestações de ostentação de espaço dos milionários japoneses e americanos.
- d) Há uma relação antagônica entre a interação dos americanos e a dos japoneses com o espaço: estes são módicos; aqueles, extravagantes. Contudo, ambos compartilham, à sua maneira, a reverência ao espaço.
- e) O espaço excessivo é supérfluo; contudo, se justifica em casos como jardins, piqueniques, orgias e camas.

2. Segundo o autor, um dos aspectos preocupantes do crescimento populacional é:

- a) A exiguidade de espaço existente em culturas com tecnologia avançada, como o Japão.

b) O fato de o crescimento populacional e da riqueza não ter sido acompanhado por um espírito de compartilhamento e igualdade.

c) O impacto ambiental causado pelo progresso científico, exemplificado no monóxido de carbono produzido nas "cidadelas de privilégio".

d) A transformação do mundo em um regime feudal, em que os ricos ficam mais ricos e os pobres ficam mais pobres.

e) A proliferação de chineses embaixo das camas dos milionários da América do Norte.

3. Percebe-se uma relação de causa e efeito, nessa ordem, entre as orações na seguinte passagem do texto:

a) Se fosse um planeta bem administrado, isso não assustaria tanto... (1º parágrafo)

b) Os jornais ficaram mais estreitos para economizar papel... (1º parágrafo)

c) No Japão, onde muita gente convive há anos com pouco lugar, o espaço é sagrado. (2º parágrafo)

d) ...quanto maior a cama, mais chineses. (2º parágrafo)

e) os milhões que nasceram desde o começo desta frase. (1º parágrafo)

4. A construção que pode ser reescrita com o verbo na voz passiva é:

a) Temos a fertilidade de coelhos e o caráter de chacais...

b) muita gente convive há anos com pouco lugar...

c) você precisa entender a sua classificação de camas...

d) Surpreende a extensão dos jardins do Palácio Imperial...

e) Se fosse um planeta bem administrado...

5. Se fosse um planeta bem administrado, isso não assustaria tanto. (1º parágrafo)

Ao reescrever-se o trecho acima com o verbo "ser" flexionado no futuro do subjuntivo, a forma verbal "assustaria" deverá ser substituída, conforme a norma-padrão da língua, por

a) assustara

b) assustasse

c) assusta

d) terá assustado

e) assustará

6. No que se refere ao sentido, duas expressões intercambiáveis, nas orações abaixo, são:

a) Chegaremos ao tabloide radical = noticiário fundamentalista

b) nada é mais supérfluo do que espaço sobrando = desnecessário

c) O imperador sacralizado é ele = invulnerável

d) cidadelas de privilégio cercadas de miséria = por tristeza

e) Temos a fertilidade de coelhos = produtividade

7. Já nos Estados Unidos, reverencia-se o espaço com o desperdício.

O emprego do tempo e modo da forma verbal acima destacada indica:

a) Ação pontual concluída no presente.

b) Ação concluída em um passado definido.

c) fato provável

d) futuro visto como certo

e) Ação vista como habitual no presente.

8. A alternativa que apresenta um comentário incorreto acerca da pontuação de um trecho do texto é:

a) No trecho: “Os americanos ainda não se deram conta de que, quando chegar o dia em que haverá chineses embaixo de todas as camas do mundo, quanto maior a cama, mais chineses” (2º parágrafo), as duas primeiras vírgulas isolam oração adverbial intercalada.

b) No trecho: “É o espaço como suprema ostentação, pois — a não ser para orgias e piqueniques — nada é mais supérfluo do que espaço sobrando numa cama”, os travessões marcam a intercalação de um comentário adicional do autor.

c) No trecho: “Nosso futuro é a aglomeração urbana, e as sociedades se dividem”, a vírgula antes da conjunção aditiva “E” separa orações com sujeitos diferentes.

d) No trecho: “Para entender os americanos, você precisa entender a sua classificação de camas de acordo com o tamanho: queen size, tamanho rainha, king size, para reis...”, o sinal de dois-pontos introduz um esclarecimento referente ao termo anterior “tamanho”.

e) No trecho: “No Japão, onde muita gente convive há anos com pouco lugar, o espaço é sagrado...”, as vírgulas isolam uma oração adjetiva explicativa. Portanto, a retirada da primeira vírgula, nesse contexto, não causaria prejuízo ao sentido ou à coerência.

Texto para as questões de 9 a 15.**Quem é e como se comporta a Geração Millenium**

A geração Millenium é formada por jovens que nunca viveram sem internet, compartilham suas experiências e acreditam que têm a capacidade de mudar o mundo. Para as marcas, esta é uma oportunidade de contar suas histórias para criar um relacionamento. É o que diz Christina Smedley, Líder Global de Consumo e Marketing da Edelman, em entrevista para a TV Mundo do Marketing.

Esta geração gastará, até 2050, US\$ 2 trilhões a mais que a anterior. Eles são educados,

influentes, colaborativos e utilizam uma perspectiva global na maneira com que se engajam com os outros. Estas novas características, no entanto, representam um desafio na maneira com que as empresas lidam com seus consumidores, e o que é esperado delas.

Segundo Christina, as marcas e os profissionais de Marketing devem sempre considerar alguns fatores. Um deles é permitir que os clientes participem e co-criem conteúdo ou tecnologia. Em segundo lugar, é importante dá-los uma razão para acreditar na marca, um motivo social, já que esperam que as companhias recompensem a sociedade.

Christina Smedley

(<https://www.mundodomarketing.com.br/ultimas-noticias/22089/quem-e-e-como-se-comporta-a-geracao-millenium.html>, acessado em 20/06/2017)

9. Uma afirmação em consonância com as ideias defendidas no texto está em:

a) A geração Millenium é formada por jovens e adultos influentes que querem mudar o mundo por meio do consumo de tecnologia.

b) Um dos desafios dos profissionais de Marketing é possibilitar que esse novo perfil de clientes participe ativamente da criação dos produtos, assim como desenvolver a credibilidade das marcas, por via do oferecimento de uma justificativa socialmente relevante para o consumo de conteúdo ou tecnologia.

c) Os indivíduos educados da geração Millenium que nunca viveram sem tecnologia compartilham suas experiências e acreditam que têm a capacidade de mudar o mundo.

d) Esta geração tem relevante perfil de consumo e já gastou US\$ 2 trilhões a mais que a anterior, razão por que esperam que as companhias recompensem a sociedade.

e) Os profissionais de Marketing trabalham no compartilhamento de experiências, já que esperam que as companhias recompensem a sociedade.

10. Na frase "A geração Millenium é formada por jovens que nunca viveram sem internet, compartilham suas experiências e acreditam que têm a capacidade de mudar o mundo", não é correto afirmar que:

- a) O termo "por jovens que nunca viveram sem internet" exerce função sintática de agente da passiva.
- b) O termo "de mudar o mundo" complementa o substantivo "capacidade".
- c) O primeiro "que" não tem função pronominal.
- d) O segundo "que" introduz oração substantiva, com função de complemento verbal.
- e) O vocábulo "experiências" é núcleo de um complemento verbal.

11. No fragmento: ... "Esta geração gastará, até 2050, US\$ 2 trilhões a mais que a anterior. Eles são educados, influentes, colaborativos e utilizam uma perspectiva global na maneira com que se engajam com os outros."

O pronome "Eles" (2º parágrafo) tem papel coesivo anafórico e retoma:

- a) Profissionais
- b) Jovens
- c) Produtos
- d) Trilhões
- e) Líder

12. Considere o fragmento abaixo:

é importante dá-los uma razão para acreditar na marca, um motivo social, já que esperam que as companhias recompensem a sociedade.

Seria gramaticalmente correta a substituição de:

- a) "recompensem a sociedade" por "recompensem-la"
- b) "acreditar na marca" por "acreditá-la"

c) "dá-los" por "dar-lhes"

d) "esperam que as companhias recompensem a sociedade" por "esperam-nas".

e) "é importante" por "são importantes".

13. Observam-se plenamente as normas de concordância verbal e a adequada articulação entre os tempos e os modos na frase:

a) Caso quiséssemos fazer com que os jovens educados e influentes consumisse muitas tecnologias, bastará dar um motivo social aos que tem consciência.

b) Convém fazermos uma análise das novas tendências de mercado, já que os clientes que vierem a confiar na marca serão fidelizados quando a campanha estiver sólida.

c) Caso não podemos construir um mundo melhor, por culpa daqueles que se absteram de lugar por causas sociais, fazemos, ao menos, um mundo mais conectado.

d) Se houvéssemos percebido a tempo que cabiam aos jovens melhorar as condições do mundo, poderíamos ter feito o impossível, ainda que abatêssemos todos custos ambientais do nosso próprio consumo.

e) Quando vir a Campinas, visite aqueles velhos amigos que comporam as músicas da banda. Você não vai nem reconhecer quando os ver tão velhos.

14. Considere os seguintes fragmentos:

I. Os jovens já não podem viver mais sem internet e possuem mais recursos para compartilhar experiências.

II. A geração Millenium, possivelmente a mais politizadas da sociedade contemporânea, não quer consumir por consumir: precisa também de um motivo social relevante.

III. O acesso às tecnologias digitais fomentou o consumo nas últimas décadas.

Assinale a alternativa incorreta:

a) O advérbio “mais” em “*não podem viver mais*” tem sentido de tempo e marca a presença de um pressuposto.

b) O advérbio “mais” em “possuem mais recursos” tem sentido intensidade.

c) O termo “possivelmente a mais politizadas da sociedade contemporânea” tem valor explicativo.

d) O acento grave em “às” marca a fusão da preposição exigida por “acesso” com o artigo feminino antes de “tecnologias”.

e) Seria gramaticalmente correto substituir “às” por “a”.

15. Está adequado o emprego da forma sublinhada na seguinte frase:

a) Os jovens cujo consumo se tornou um vício querem um mundo melhor.

b) As causas porque lutam os jovens politizados são nobres.

c) Muitos deles não sabem porque protestam, mas são firmes na revolta.

d) O consumo prolifera naquelas sociedades em que a competitividade acompanha renda alta.

e) A campanha publicitária a qual me referi era politicamente incorreta.



Direito das Pessoas com Deficiência
Prof. Ricardo Torques



16. De acordo com o Estatuto das Pessoas com Deficiência, considera-se desenho universal:

a) possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

b) tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

c) qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

d) adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais.

e) concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.

17. Sobre a relação entre capacidade civil e deficiência à luz do que prevê expressamente o Estatuto da Pessoa com Deficiência assinale a alternativa correta:

a) a pessoa com deficiência poderá exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar.

b) a pessoa com deficiência pode conservar sua fertilidade, admitindo-se, desde que por decisão judicial, a esterilização compulsória.

c) a pessoa com deficiência não pode exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária.

d) a pessoa com deficiência não pode exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, dadas as limitações

peçoais que impedirão dispensar os cuidados necessários.

e) a pessoa com deficiência não pode casar e constituir união estável.

 **Regimento Interno do TST - Prof. Fabrício Rêgo** 

18. Analisando o Regimento Interno do TST, julgue os itens abaixo com relação as Atribuições do Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho.

I. A competência do Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho será definida no Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

II. Das decisões proferidas pelo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho caberá agravo regimental para o Órgão Especial, incumbindo-lhe determinar sua inclusão em pauta.

III. O Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho apresentará ao Órgão Especial, na última sessão do mês seguinte ao do término de cada ano de sua gestão, relatório circunstanciado das atividades da Corregedoria-Geral durante o ano findo.

Estão corretos os itens:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) Apenas item II.
- e) Todos os itens estão corretos.

19. Julgue as proposições abaixo, nos moldes do Regimento Interno, no que se refere à organização do TST.

I. São órgãos que funcionam junto ao Tribunal Superior do Trabalho: Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT e Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT.

II. Para a composição dos órgãos judicantes do Tribunal, respeitados os critérios de antiguidade e os estabelecidos no regimento, os Ministros poderão escolher a Seção Especializada e a

Turma que desejarem integrar, podendo exercer o direito de permuta, salvo os Presidentes de Turma, que, para fazê-lo, deverão previamente renunciar à Presidência do Colegiado

III. Cada Ministro comporá apenas duas Seções Especializadas.

Estão corretos os itens:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) Apenas o item II.
- e) Todos os itens estão corretos.

20. Assinale a alternativa incorreta nos termos do Regimento Interno do TST, no que se refere à Organização do TST.

- a) O quorum para funcionamento do Órgão Especial é de oito Ministros, sendo necessário maioria absoluta quando a deliberação tratar de disponibilidade ou aposentadoria de Magistrado.
- b) Integram a Seção Especializada em Dissídios Coletivos o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal, o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho e mais seis Ministros.
- c) O quorum para o funcionamento da Seção Especializada em Dissídios Coletivos é de cinco Ministros.
- d) O quorum exigido para o funcionamento da Seção de Dissídios Individuais plena é de oito Ministros, mas as deliberações só poderão ocorrer pelo voto da maioria absoluta dos integrantes da Seção.
- e) Haverá pelo menos um e no máximo dois integrantes de cada Turma na composição da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais.

21. Conforme o Regimento Interno do TST, nas sessões dos órgãos judicantes do Tribunal, os trabalhos obedecerão à seguinte ordem:

- a) Exame de propostas e verificação do número de Ministros presentes.

b) Julgamento dos processos, exame de propostas e verificação do número de Ministros presentes.

c) Exame de propostas, julgamento dos processos e verificação do número de Ministros presentes.

d) Verificação do número de Ministros presentes, exame de propostas e julgamento dos processos.

e) Verificação do número de Ministros presentes e julgamento dos processos.

22. Com relação às Sessões do TST, marque a alternativa incorreta, nos termos do Regimento Interno do TST.

a) Na ocorrência de empate nas sessões do Órgão Especial e das Seções Especializadas, prevalecerá o voto proferido pelo Presidente do Tribunal ou pelo Ministro que o estiver substituindo.

b) Proclamada a decisão, não poderá ser feita apreciação ou crítica sobre a conclusão adotada.

c) As decisões serão tomadas pela maioria de votos em todas as situações.

d) A votação será iniciada com o voto do Relator. Não havendo divergência, o Presidente proclamará o resultado.

e) O Ministro usará o tempo que se fizer necessário para proferir seu voto, podendo retomar a palavra para retificá-lo antes da proclamação, prestar esclarecimentos ou se for nominalmente referido, sendo vedadas as interrupções e pronunciamentos sem prévia autorização do Presidente.



Direito Constitucional - Prof. Ricardo Vale



23. Ronaldo aposentou-se voluntariamente como professor de universidade pública, aos 70 anos de idade. Sempre muito ativo, Ronaldo não se acostumou com a pacata vida de aposentado, decidindo por retornar ao exercício de função pública.

Assinale a alternativa correta a respeito da situação de Ronaldo:

a) Se Ronaldo for eleito para o mandato de Prefeito, ele deverá abdicar dos proventos de sua aposentadoria.

b) Se Ronaldo for nomeado para cargo em comissão, ele poderá acumular os proventos de aposentadoria com a remuneração do cargo em atividade.

c) Ronaldo não poderá, em qualquer caso, acumular os proventos de aposentadoria com a remuneração do cargo em atividade.

d) Se Ronaldo for aprovado em concurso público para cargo técnico ou científico, ele não poderá tomar posse, uma vez que já ultrapassou o limite de idade necessário para a aposentadoria compulsória.

e) Não incide contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentadoria recebidos por Ronaldo.

24. Analise as situações abaixo:

I. Maria Helena foi admitida no serviço público estadual antes da Constituição Federal de 1988, sem concurso público, e sob o regime trabalhista (CLT). A Administração pública estadual não fez os recolhimentos devidos a título de FGTS, o que ensejou controvérsia judicial na Justiça do Trabalho.

II. Em Assembleia-Geral, o sindicato dos bancários de Belo Horizonte decidiu entrar em greve. O movimento grevista ocupou uma agência bancária do Banco XZY em Belo Horizonte, impedindo que colegas que não aderiram ao movimento entrassem no estabelecimento, bem como causando empecilhos ao acesso aos caixas eletrônicos. Em virtude disso, o Banco XZY entrou com ação possessória na Justiça do Trabalho.

III. Auditor-Fiscal do Trabalho aplicou penalidade de multa à empresa ABC Industrial S/A em virtude da inobservância de normas de segurança do trabalho. A empresa ajuizou ação na Justiça do Trabalho, com o objetivo de contestar a penalidade administrativa.

IV. Luana é empregada da embaixada dos EUA, situada em Brasília. A embaixada deixou de lhe fazer o pagamento das férias e do 13º salário.

Inconformado, Luana ingressa com ação na Justiça do trabalho.

À luz das situações apresentadas, assinale a alternativa correta:

a) Na situação I, a competência é da Justiça Estadual, uma vez que Maria Helena tem vínculo com a Administração Pública Estadual. Na situação II, a competência é da Justiça do Trabalho, uma vez que se trata de ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve.

b) Na situação I, a competência é da Justiça do Trabalho, uma vez que o vínculo que Maria Helena mantém com a Administração Pública não é estatutário. Na situação II, a competência é da Justiça do Trabalho, uma vez que se trata de ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve. Na situação IV, o Estado estrangeiro não goza de imunidade de jurisdição nas causas trabalhistas, motivo pelo qual a ação poderá ser conhecida.

c) Na situação IV, a solução do litígio não cabe à Justiça do Trabalho. Conflito entre Estado estrangeiro e pessoa residente ou domiciliada no Brasil é competência da Justiça Federal.

d) Na situação III, a competência é da Justiça Federal, uma vez que diz respeito à execução de penalidade administrativa imposta por órgão federal.

e) Na situação IV, a ação não será conhecida pela Justiça do Trabalho, uma vez que o Estado estrangeiro goza de imunidade de jurisdição.

25. Deputado Federal apresentou projeto de lei que estabelece a incidência do Imposto de Renda sobre os lucros recebidos de pessoa jurídica. Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado pelo voto de 300 Deputados Federais. No Senado Federal, o projeto foi aprovado com emenda de redação, que apenas corrigia erro formal no texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

a) O Presidente da República poderá vetar o projeto de lei, por considerá-lo inconstitucional ou contrário ao interesse público. O veto é irretratável, mas poderá ser superado por decisão de 2/3 dos Deputados e Senadores, em sessão conjunta do Congresso Nacional.

b) O projeto de lei padece de inconstitucionalidade formal, uma vez que são da iniciativa privativa do Presidente da República projetos de lei que versam sobre matéria tributária.

c) Não há necessidade de que o projeto de lei retorne à Câmara dos Deputados, uma vez que não ocorreu, no Senado Federal, alteração no sentido normativo do texto.

d) O projeto de lei deverá retornar à Câmara dos Deputados, em razão da emenda parlamentar apresentada no Senado Federal. A Câmara dos Deputados apenas apreciará a emenda parlamentar, aprovando-a ou rejeitando-a. Em ambos os casos, o projeto de lei será encaminhado ao Presidente da República, para sanção ou veto.

e) O Presidente da República terá 15 dias corridos para sancionar o projeto de lei, decorridos os quais ocorrerá a sanção tácita.

26. O Governador do Estado XYZ é denunciado no STJ pelo Ministério Público Federal (MPF) em virtude de, supostamente, ter favorecido a empresa WXIZ em licitação realizada pelo estado.

Tendo em vista a situação apresentada, assinale a alternativa correta:

a) Em processos envolvendo Governadores, o STJ não tem competência para aplicar medidas cautelares como, por exemplo, a determinação de afastamento do cargo.

b) O Governador somente será processado e julgado pelo STJ após autorização da Assembleia Legislativa do Estado XYZ, uma vez que a ele são aplicadas, por simetria, as imunidades garantidas pela Constituição Federal ao Presidente da República.

c) O STJ poderá receber a denúncia contra o Governador, independentemente de qualquer

autorização da Assembleia Legislativa do Estado XYZ. O recebimento da denúncia implicará no imediato afastamento do Governador, que só retornará após a conclusão do julgamento.

d) O Estado XYZ não pode instituir norma que condicione a instauração de ação penal contra o Governador à prévia autorização da Assembleia Legislativa.

e) O Governador deverá ser processado e julgado pela prática de crime comum perante o STF, após autorização da Assembleia Legislativa do Estado XYZ.

27. “A concepção da Constituição como norma jurídica suprema criou as condições necessárias para que se admitisse aos juízes a função de controlar a legitimidade constitucional das leis. Somente há supremacia da Constituição quando se extraem consequências concretas para as normas com pretensão de validade opostas à Carta – isto é, quando se pode expulsar do ordenamento jurídico a norma editada em contradição com a Lei Maior. O controle jurisdicional de constitucionalidade foi o instrumento adotado para sancionar uma plena e efetiva supremacia da Constituição”.

(MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*, 10ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015, pp. 49)

A respeito do controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta:

a) A concessão de medida liminar em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) depende de decisão da maioria absoluta dos Ministros do STF. Entretanto, em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, ou ainda, em período de recesso, poderá o relator conceder a liminar, *ad referendum* do Plenário.

b) Não viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

c) A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) tem como objeto lei ou ato normativo federal ou estadual, tenham elas sido promulgadas antes ou após a Constituição Federal de 1988.

d) O Defensor-Público Geral da União é legitimado para propor as ações do controle abstrato de constitucionalidade perante o STF.

e) No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação da maioria absoluta de seus membros.



Direito Administrativo - Prof. Erick Alves



28. Paulo é Analista Judiciário do Tribunal Superior do Trabalho, sendo uma de suas atribuições instruir processos que serão julgados pelo Tribunal. Ocorre que um dos processos sob sua responsabilidade possui como parte um desafeto seu, razão pela qual retardou, indevidamente, a prática de ato de ofício. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, caso preenchidos os demais requisitos legais para a configuração do ato ímprobo, Paulo estará sujeito, dentre outras, à cominação de

a) proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo máximo de 5 anos.

b) suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos.

c) multa civil de até duzentas vezes o valor da remuneração percebida por Paulo.

d) proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo máximo de 3 anos.

e) suspensão dos direitos políticos de 5 a 8 anos.

29. A União Federal celebrou contrato administrativo com a empresa vencedora de determinado procedimento licitatório para a construção de importante obra pública. No entanto, no curso da execução contratual, houve a paralisação da obra, sem justa causa e sem prévia comunicação à Administração, razão pela qual foi determinada a rescisão do contrato

administrativo por ato unilateral e escrito da Administração. Uma das consequências da rescisão contratual será a retenção dos créditos decorrentes do contrato até

a) 100% do valor contratual, isto é, serão retidos todos os créditos ainda existentes, sem qualquer limitação de valor.

b) metade do valor contratual, independentemente de prejuízos eventualmente causados à Administração.

c) o limite dos prejuízos causados à Administração.

d) 90% do valor contratual, pois destinam-se ao pagamento de todos os valores devidos à Administração.

e) um terço do valor contratual, independentemente de prejuízos eventualmente causados à Administração.

30. Considere a seguinte situação hipotética: Carlos é servidor público do Tribunal Superior do Trabalho - TST e ocupa o cargo de chefia em um dos setores do Tribunal. Alguns meses antes das eleições federais, Henrique, que é filiado a determinado partido político, obrigou os servidores a ele subordinados a filiarem-se ao mesmo partido, objetivando, assim, angariar votos ao seu candidato a Presidente da República. Cumpre salientar que Carlos tem um histórico funcional exemplar, não tendo sofrido anteriormente qualquer penalidade administrativa. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a ação disciplinar concernente à penalidade a que Carlos está sujeito, no tocante à conduta mencionada, prescreverá em

- a)** 2 anos.
- b)** 180 dias.
- c)** 5 anos.
- d)** 3 anos.
- e)** 1 ano.

31. Suponha que um funcionário de empresa prestadora de serviço público de saneamento básico, ao realizar manutenção em um dos sistemas de abastecimento da concessionária, tenha se descuidado e provocado o rompimento de uma adutora, causando prejuízos materiais a diversas famílias que residem na localidade, as quais buscaram a responsabilização civil da empresa objetivando a reparação dos danos sofridos. De acordo com o regramento constitucional aplicável, a referida empresa

a) será responsável pelos danos sofridos pelos moradores desde que comprovada culpa do funcionário encarregado pela operação ou falha na prestação do serviço.

b) sujeita-se, ainda que concessionária privada de serviço público, à responsabilização subjetiva, baseada na teoria da culpa administrativa, devido à negligência na atuação do funcionário.

c) não poderá ser responsabilizada pelos prejuízos causados, eis que, em se tratando de responsabilidade objetiva, a culpa exclusiva do funcionário seria excludente da responsabilidade.

d) sujeita-se, ainda que concessionária privada de serviço público, à responsabilização objetiva, baseada na teoria do risco administrativo, que admite, em certas hipóteses, algumas causas excludentes de responsabilidade, não presentes no caso.

e) somente estará sujeita à responsabilização objetiva se for uma empresa pública, aplicando-se a teoria do risco administrativo.

32. Transporte público de passageiros quase sempre é mencionado como exemplo de serviço público. A depender do modal de transporte ou mesmo das localidades envolvidas no deslocamento, pode se alterar a titularidade desse gênero de serviço público. A titularidade do serviço público

a) remanesce com o ente público ao qual foi atribuída pela legislação, passível de delegação para a iniciativa privada a execução material, salvo em se tratando de pessoa jurídica de direito público integrante da Administração

indireta, como as autarquias, para as quais é admissível a delegação legal da titularidade.

b) está atrelada ao regime de execução imposto para o serviço público, tendo em vista que quando prestado sob regime de direito privado, a titularidade desloca-se para o delegatário, para que seja deste a integral responsabilidade pelos ônus e bônus, e quando prestado sob regime de direito público, a titularidade remanesce com o ente público.

c) também se altera quando ocorre a delegação da execução material para a iniciativa privada, pois o delegatário do serviço público assume integralmente a responsabilidade pelos ônus e bônus envolvidos com a prestação dessa atividade material.

d) não pode se alterar, nem se transferir em nenhuma hipótese de delegação de serviço, seja para ente com personalidade jurídica de direito público integrante da Administração pública indireta, seja para a iniciativa privada, tendo em vista que o regime de execução é sempre privado, independentemente da natureza jurídica do delegatário.

e) depende do que constar da autorização legislativa que deve ser editada especificamente para cada concessão ou permissão de serviço público, podendo ser transferida ao concessionário ou permissionário, mesmo que se trate de pessoa jurídica de direito privado, desde que a execução do serviço se dê em regime de direito público.



Direito Civil - Prof. Paulo Souza



33. Sobre a vigência da lei, assinale a alternativa correta quanto à LINDB:

a) A lei entra em vigor em 45 dias após sua publicação oficial, salvo disposição em contrário;

b) As correções ao texto de uma lei já vigente não se consideram lei nova, dado que passam a fazer parte daquela;

c) Como no Brasil vige o sistema sincrônico, nos estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira se inicia três meses depois de publicada;

d) A lei temporária, admitida no direito brasileiro, ocasiona a repristinação da lei por ela revogada;

e) A lei temporária não admite ultratividade.

34. Marcos, 29 anos, fora interditado por seus pais, em 2012, em virtude de doença mental grave. Em 2014, ele passou a fazer parte de um estudo científico que testava uma nova classe de medicamentos específicos para sua doença. Com os resultados significativos obtidos, o medicamento foi aprovado pelos órgãos reguladores e passou a ser distribuído pelo SUS, dado que sua eficácia era muito elevada. O uso contínuo do medicamento permite às pessoas com aquela deficiência uma vida mais "comum", porque ele controla os surtos psicóticos de tal forma que Marcos não teve nenhum episódio relacionado à doença nos últimos dois anos. Em 2017, Marcos requereu judicialmente fixação de apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, elegendo seus pais, que são de sua confiança, para tanto. O Juízo acatou o pedido.

Acerca da capacidade de Marcos e suas consequências jurídicas, assinale a alternativa correta:

I. Ele é relativamente incapaz, já que possui causa transitória ou permanente que lhe impede de exprimir sua vontade;

II. Se Marcos se tornar dependente químico, poderá ser reconhecida sua incapacidade em virtude da doença mental;

III. Marcos, sendo plenamente capaz, poderá ser submetido à curatela;

IV. É nulo o negócio jurídico celebrado por Marcos.

Estão corretas as assertivas:

a) I, II e IV;

b) II e IV;

c) III e IV;

d) III;

e) IV.

35. Quanto às pessoas jurídicas, analise as proposições e indique a alternativa INCORRETA:

a) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado;

b) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público;

c) As associações são pessoas jurídicas de direito privado;

d) As associações públicas são pessoas jurídicas de direito público;

e) Apesar de as organizações religiosas serem pessoas jurídicas de direito privado, nada impede que a se crie uma fundação para fins de atividades religiosas, também de direito privado.

36. Antônio celebra contrato de compra e venda de um veículo automotor com Pedro, pelo valor de R\$10.000,00. No entanto, o veículo não seria entregue naquele momento, ainda que devesse ser o preço pago desde já, mas posteriormente.

Sobre a situação narrada, assinale a alternativa correta:

a) Sendo Pedro filho de Antônio, podem Marina e Santiago, irmãos de Pedro, requerer a anulação do contrato, não subsistindo ele para qualquer efeito, se demonstrado que a real intenção daqueles era evitar que fosse o veículo tido como adiantamento da legítima em favor de Pedro, já que seu valor real era de R\$200.000,00;

b) Caso o negócio jurídico tenha sido levado a efeito quanto Antônio se encontrava em situação de iminente insolvência, e anulado por fraude contra credores na sequência, o veículo ou o valor equivalente é transferido ao credor que requereu a anulação;

c) Tendo-se em conta que Antônio celebrou o negócio para salvar sua ex-companheira das consequências de um grave acidente automobilístico, é irrelevante que Pedro soubesse do fato, já que, por não ser ela membro da família de Antônio, irreconhecível vício de consentimento;

d) Se o valor do automóvel for de R\$200.000,00, Antônio poderá anular o negócio, ante a desproporcionalidade manifesta da contraprestação, mesmo que Pedro não quisesse de aproveitar da premente necessidade daquele;

e) Pedro não adquiriu direito sobre o veículo, já que não pode exercitá-lo ainda.

37. Lauro e Fernando se envolveram em acidente automobilístico, em 15/06/2014. Fernando prontamente reconheceu o erro e assumiu a culpa pelo ocorrido, já que havia recebido há pouco notícia sobre a piora da condição de saúde de seu companheiro, prestes a morrer. Advogado, pediu a Lauro que comparecesse ao seu escritório no dia seguinte, para acertarem o assunto. Desde já, pediu a Lauro que levasse o veículo à concessionária, para um orçamento, e para a oficina de Sérgio, conhecido mecânico seu. No dia seguinte, eles se encontram no escritório de Fernando e entabulam acordo verbal para reparar os danos ocorridos.

Sobre o caso narrado, assinale a alternativa correta:

a) Se Lauro e Fernando tivessem se casado em 23/09/2015 e se divorciado em 19/11/2018, teria a prescrição se interrompido, o que possibilitaria a Laura manejar a ação no dia seguinte à dissolução da sociedade conjugal;

b) Se Fernando, em 10/06/2017, fizer termo de confissão de dívida, reconhecendo a culpa pelo acidente, a prescrição continua a correr, eis que tal ato deve ser judicial ou homologado pelo juiz;

c) Morrendo Fernando, o prazo prescricional se suspende até que seja aberto o inventário dele, de modo a permitir que Lauro cobre a dívida do espólio;

d) Já pode Fernando renunciar, hoje, à prescrição, desde que isso não prejudique terceiros, de maneira expressa ou tácita, sendo que, neste caso, se presume a renúncia de fato de Fernando que seja compatível com a prescrição;

e) Se Lauro entrasse com a ação de indenização em face de Fernando hoje, estaria ela prescrita, já que o prazo para as ações de reparação são, segundo o Código Civil, de três anos, sendo que esse prazo não pode ser alterado pelas partes.

 **Direito Processual Civil - Prof. Ricardo Torques** **38. Em relação à prática dos atos processuais considere os itens seguintes:**

I. Em razão do caráter cogente que permeia o estudo do Direito Processual Civil, os atos processuais dependem de forma determinada.

II. Tramitam em segredo de justiça os atos processuais que versem sobre arbitragem, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.

III. Apenas as partes processuais podem acessar os autos que tramitam em segredo de justiça.

IV. Autos relacionados a alimentos e guarda de criança tramitam em segredo de justiça.

Estão corretos:

- a) os itens I e III.
- b) os itens II, III e IV.
- c) os itens II e IV.
- d) os itens I, II, III e IV.
- e) os itens III e IV.

39. Em relação ao calendário procedimental, assinale a alternativa que contraria o Código de Processo Civil.

a) O calendário fixado vincula as partes, mas não ao juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em situações excepcionais mediante justificativa.

b) A fixação do calendário para a prática dos atos processuais será estabelecido de comum acordo com o juiz e as partes.

c) Dispensa-se a intimação das partes para a prática de ato processual cuja data esteja designada no calendário.

d) Dispensa-se a intimação das partes para a realização de audiência cuja tenha sido objeto de calendário estabelecido em comum acordo com as partes e o juiz.

e) O calendário procedimental tem por finalidade propiciar uma gestão eficiente do processo conferindo previsibilidade e segurança jurídica ao procedimento.

40. Em relação à competência territorial, considere os itens abaixo:

I. A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor.

II. A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.

III. Para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável é competente o foro de domicílio do guardião do filho incapaz.

IV. A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente.

V. Apenas o foro de domicílio de Brasília é competente para as causas em que seja autora a União.

Estão corretos apenas:

- a) os itens II e IV.
- b) os itens II, III e IV.
- c) os itens I, II e III.
- d) os itens II e III.
- e) os itens III e IV.

41. Sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, modalidade de intervenção de terceiros expressamente prevista no Novo CPC (Lei 13.105/2015), assinale a alternativa incorreta:

a) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.

b) O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de execução, inclusive no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo

extrajudicial, não sendo admissível na fase de conhecimento.

c) A instauração do incidente, em regra, suspenderá o processo, salvo no caso em que a desconsideração da personalidade jurídica já for requerida na petição inicial.

d) O incidente será resolvido por decisão interlocutória.

e) Dispensa-se a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.

42. De acordo com o NCP, o juiz deve proferir despachos, decisões interlocutórias e sentenças, respectivamente, no prazo de:

a) 5, 10 e 20 dias.

b) 5, 10 e 30 dias.

c) 10, 15 e 30 dias.

d) 10, 15 e 45 dias.

e) 15, 30 e 60 dias.

43. Assinale a alternativa correta em relação à contagem dos prazos quando há litisconsórcio.

a) De acordo com a regrativa atual do Novo Código de Processo Civil, os prazos serão contados sem nenhum tipo de benefício.

b) De acordo com a regrativa atual do Novo Código de Processo Civil, os prazos serão sempre contados em dobro.

c) De acordo com a regrativa atual do Novo Código de Processo Civil, os prazos somente serão contados em dobro apenas no caso de litisconsórcio passivo.

d) De acordo com a regrativa atual do Novo Código de Processo Civil, os prazos somente serão contados em dobro, caso haja constituição de diferentes procuradores pelas partes litisconsortes.

e) De acordo com a regrativa atual do Novo Código de Processo Civil, os prazos somente

serão contados em dobro, caso haja constituição de diferentes procuradores de escritórios distintos pelas partes litisconsortes.

44. Por coisa julgada compreende-se a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso. Há, contudo, situações específicas, expressamente previstas no Novo CPC (Lei 13.146/2015), em que se admite a rescisão da sentença.

Ante o exposto, analise:

I. Decisão foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.

II. Decisão for proferida por juiz suspeito, impedido ou por juízo incompetente.

III. Decisão resultante de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.

IV. Decisão violar manifestamente norma jurídica.

São hipóteses de cabimento da ação rescisória apenas:

a) os itens I e III.

b) os itens I, III e IV.

c) os itens I, II e IV.

d) os itens I, III e IV.

e) os itens II, III e IV.

45. O Novo CPC (Lei 13.146/2015) disciplina expressamente as hipóteses de cabimento do agravo de instrumento. Entre as alternativas abaixo, assinale a decisão interlocutória que pode ser questionada por meio de agravo de instrumento:

a) Admissão de intervenção de terceiros.

b) Indeferimento de requerimento de distribuição por dependência.

c) Declínio da competência.

d) Concessão de gratuidade de justiça.

e) Fixação de valor de honorários periciais.



Direito do Trabalho - Prof. Antonio Daud Jr.



46. O Supermercado Beta contratou Mário, por intermédio da empresa Aloca Tudo Ltda., para atuar como trabalhador temporário e auxiliar seus empregados próprios. A este respeito, marque a alternativa correta:

a) o contrato de trabalho temporário com relação à Mário não poderá exceder de três meses, salvo autorização expedida pelo Ministro do Trabalho.

b) o contrato de trabalho temporário com relação à Mário não pode versar sobre o desenvolvimento de atividades-fim.

c) o trabalho será lícito se for destinado a suprir necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou à demanda complementar de serviços.

d) a empresa de trabalho temporário prescinde de registro perante as autoridades públicas.

e) de acordo com o princípio da lealdade na gestão de recursos humanos, é lícita a proibição de contratação do trabalhador temporário pela empresa tomadora ao fim do seu contrato temporário.

47. A respeito da lei da terceirização (Lei 13.429/2017), julgue:

I. A empresa contratante de serviços terceirizados é subsidiariamente responsável pelas obrigações trabalhistas referentes ao período em que ocorrer a prestação de serviços.

II. A Lei 13.429 atribui à empresa prestadora dos serviços a responsabilidade por garantir condições de trabalho seguras aos seus trabalhadores, inclusive quando o trabalho for realizado em outras dependências.

III. A nova lei da terceirização definiu elementos mínimos para o contrato de prestação de serviços, celebrado entre contratante e a empresa prestadora dos serviços. A despeito disso, tal avença prescinde da especificação do serviço a ser prestado.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I.

b) I e II.

c) II.

d) III.

e) I e III.

48. Em relação à remuneração e ao salário, julgue os itens abaixo:

I. Inclui-se no salário do empregado não só a importância espontaneamente dada ao empregado pelo cliente do empregador, como também o valor cobrado pela empresa, como serviço ou adicional, a qualquer título, e destinado à distribuição aos empregados.

II. De acordo com a nova Lei da Gorjeta (Lei 13.419/2017), nas empresas com mais de cinquenta empregados, será constituída comissão para acompanhamento e fiscalização da regularidade da cobrança e distribuição da gorjeta.

III. Os representantes dos empregados na Comissão da gorjeta serão eleitos em assembleia geral convocada pelo respectivo sindicato e gozarão de garantia de emprego vinculada ao desempenho das funções para que foram eleitos.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I.

b) I e II.

c) II.

d) III.

e) II e III.

49. Julgue os casos hipotéticos abaixo:

I. João é empregado urbano e labora em período noturno, das 22 hs às 05hs, de segunda a quinta-feira. Caso João tenha que realizar sobrejornada, o período que laborar após as 05hs deverá ser remunerado com o adicional noturno à razão de 20%, além do adicional de serviço extraordinário.

II. Flávio é garçom de uma casa noturna, laborando em período noturno, das 22 hs às 05hs. Em razão da hora ficta noturna, esta jornada totaliza 08 horas de trabalho.

III. Máira, empregada da padaria “Pão de Vento Ltda.”, possui uma jornada de 06 horas diárias. Nos últimos anos, em virtude do grande volume de clientes, Máira tem extrapolado esta jornada, trabalhando uma hora a mais, diariamente. Nesse caso, Máira tem direito a um intervalo intrajornada de 15 minutos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) II.
- d) III.
- e) II e III.

50. Julgue os itens abaixo no tocante às regras gerais sobre jornada de trabalho:

I. Não têm direito a intervalo intrajornada empregados que fazem jornada diária de até quatro horas.

II. No caso de um feriado ter sido trabalhado por empregados de uma loja, admite-se a concessão de folga compensatória ou o respectivo pagamento em dobro.

III. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III.
- e) I, II e III.

51. Julgue os itens abaixo sobre férias:

I. As férias serão adquiridas por ato do empregador, em um só período, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho.

II. A época de concessão de férias será a que melhor atenda aos interesses do empregador.

III. Os dias de férias gozados após o término do período legal de concessão deverão ser remunerados com um adicional de 50%.

IV. No caso de férias coletivas, só será devido o pagamento de abono de férias quando previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e IV.
- b) I e IV.
- c) I e III.
- d) III e IV.
- e) I, II e IV.

52. Em relação às entidades sindicais e ao direito de greve:

I. A compensação bancária é considerada um serviço/atividade essencial.

II. É abusiva a greve levada a efeito sem que as partes hajam tentado, direta e pacificamente, solucionar o conflito que lhe constitui o objeto.

III. Considerando que a Constituição Federal não obriga os empregados a se filiarem a entidades sindicais, é lícita greve deflagrada sem deliberação em assembleia do sindicato.

IV. É facultado aos Sindicatos, quando em número não inferior a 3, organizarem-se em federação.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I, III e IV.

e) II e III.

53. Durante o período aquisitivo das férias, Hedonis ausentou-se do serviço por 8 dias consecutivos em razão de falecimento do seu irmão, 8 dias em virtude do seu casamento e mais 2 dias decorrentes da realização de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.

Hedonis terá direito a:

- a) 30 dias corridos de férias.
- b) 27 dias corridos de férias.
- c) 24 dias corridos de férias.
- d) 18 dias corridos de férias.
- e) 12 dias corridos de férias.



Direito Processual do Trabalho
Prof. Bruno Klippel



54. Em relação aos princípios gerais do processo trabalhista, não havendo norma trabalhista para a prática de determinado ato processual

- a) aplica-se subsidiariamente a Lei de Execuções Fiscais seja qual for a fase processual.
- b) a Consolidação das Leis do Trabalho não prevê nenhuma norma específica sobre o tema, cabendo ao magistrado escolher a norma processual que melhor se aplica ao caso.
- c) será aplicado o Código de Processo Civil para solucionar o caso, exceto nas fases recursal e de execução, pois nessas fases se aplica a Lei de Execuções Fiscais.
- d) nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto quando houver incompatibilidade com as normas do processo judiciário do trabalho.
- e) poderá ser aplicado de forma supletiva o direito processual comum, seja qual for a fase processual, bastando apenas que haja omissão da norma trabalhista.

55. Poseidon prestou concurso público e foi aprovado tomando posse como agente de fiscalização sanitária no combate ao “mosquito da dengue”, vinculado à Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe, pelo regime jurídico estatutário. Decorridos dezoito meses de serviço, houve atraso no pagamento de salários e a inadimplência da verba denominada adicional de insalubridade. Inconformado com a situação, Poseidon pretende ajuizar ação cobrando seus direitos, sendo competente para processar e julgar a

- a) Justiça Federal, porque embora o servidor seja estadual, a matéria envolve questão de natureza sanitária de repercussão nacional, relacionada à epidemia do “mosquito da dengue”.
- b) Justiça Comum Estadual, porque envolve todo servidor público estadual, independente do seu regime jurídico de contratação.
- c) Justiça do Trabalho, porque se trata de ação oriunda da relação de trabalho, abrangido ente de direito público da Administração pública direta estadual.
- d) Justiça do Trabalho, porque independente do ente envolvido, a matéria discutida relaciona-se com salários e adicional de insalubridade, portanto direitos de natureza trabalhista.
- e) Justiça Comum Estadual, porque a relação de trabalho prevista no artigo 114, I da CF, não abrange as causas entre o Poder Público e servidor regido por relação jurídica estatutária.

56. Em relação às capacidades de postular e de estar em juízo, conforme normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho,

- a) nos dissídios individuais os empregados e empregadores somente poderão estar em juízo se estiverem representados por advogado particular ou de entidade sindical.
- b) nos dissídios coletivos trabalhistas, as partes representadas pelos entes sindicais, deverão ter a necessária assistência por advogado.
- c) a constituição de procurador com poderes para o foro em geral poderá ser efetivada, mediante simples registro em ata de audiência,

a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada.

d) a reclamação trabalhista do menor de 18 anos somente será acolhida se feita por órgão do Ministério Público do Trabalho.

e) os maiores de 18 e menores de 21 anos poderão pleitear perante a Justiça do Trabalho sem a assistência de seus pais ou tutores, desde que assistidos por advogado.

57. O advogado da reclamada Fênix Produtora, por ocasião da audiência UNA, apresentou a contestação da ré, bem como reconvenção, por meio da qual pretendeu a devolução de ferramentas de trabalho da empresa que ficaram em posse do empregado após a rescisão contratual. Nessa situação,

a) não deve ser aceita a reconvenção, por falta de previsão desse ato processual na legislação trabalhista, não podendo ser aplicada outra legislação processual para o caso.

b) a Consolidação das Leis do Trabalho expressamente prevê que nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas no texto consolidado.

c) somente será aceita a reconvenção caso haja a expressa concordância da parte contrária, que terá prazo para exercer o contraditório.

d) deve ser aceita a reconvenção em razão de estar expressamente prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, como modalidade de defesa da reclamada.

e) não deve ser aceita a reconvenção, visto que somente poderia ser proposta ação possessória no foro cível, competente para a matéria.

58. O trabalhador Hércules convidou uma testemunha para depor em audiência UNA designada na reclamação trabalhista movida em face da empresa Vênus de Millus S/A. No saguão do fórum, após o pregão das partes, o reclamante resolveu não ingressar na sala de audiências da Vara do Trabalho porque a sua testemunha não compareceu e a reclamada tinha trazido três testemunhas. O representante da reclamada, ao verificar que Hércules se evadiu do local, também não ingressou na sala de audiências. Nesse caso, o Juiz

a) não deverá arquivar nem aplicar a revelia visto que ausentes ambas as partes, julgando o processo no estado em que se encontra.

b) deverá redesignar a audiência intimando ambas as partes para comparecimento, sob pena de condução coercitiva e pagamento de multa.

c) deverá marcar nova audiência para que o trabalhador possa trazer suas testemunhas em razão do devido processo legal.

d) deverá aplicar a revelia e consequente pena de confissão à reclamada ausente.

e) deverá arquivar a ação diante da ausência injustificada do reclamante.

59. É de amplo domínio popular o consagrado ditado "não basta alegar é preciso provar". Nesse contexto, em relação ao instituto das provas no Processo Judiciário Trabalhista, conforme norma legal aplicável,

a) caso a testemunha não saiba falar a língua nacional o seu depoimento será feito por meio de intérprete indicado pela parte e as despesas com tal ato serão arcadas pela União.

b) nas ações trabalhistas que tramitam pelo rito sumaríssimo cada parte poderá ouvir até 5 testemunhas.

c) o documento em cópia oferecido para prova poderá ser declarado autêntico pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

d) as testemunhas das partes somente serão ouvidas se for apresentado rol de testemunhas em até 15 dias antes da audiência, seja qual foi o rito processual.

e) nas ações que tramitam pelo rito sumaríssimo não cabe produção de prova pericial visto que a apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de 15 dias do seu ajuizamento.

60. Sobre os recursos no Processo do Trabalho, conforme previsão legal é correto afirmar:

a) O Agravo de Instrumento é o recurso cabível para questionar as decisões interlocutórias, devendo ser interposto no prazo de 8 (oito) dias.

b) No Tribunal Superior do Trabalho cabem Embargos, no prazo de 8 (oito) dias das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ainda que a decisão recorrida esteja em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial do próprio TST.

c) Cabe Recurso Ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 15 (quinze) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.

d) O Recurso de Revista, interposto em 10 (dez) dias, dotado dos efeitos suspensivo e devolutivo, será apresentado ao Presidente do Tribunal recorrido, que poderá recebê-lo ou denegá-lo, fundamentando, em qualquer caso, a decisão.

e) O Agravo de Petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.



Direito Previdenciário - Prof. Ali Jaha



61. Analise as afirmativas a seguir:

I. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social.

II. Conforme dispõe a CF/1988, é assegurado o reajustamento dos benefícios previdenciários para preservá-los, em caráter permanente, o

valor nominal, conforme critérios definidos em lei.

III. A Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das contribuições sociais.

IV. A pessoa jurídica em débito com o sistema da Seguridade Social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Quais afirmativas estão corretas?

a) Somente a afirmativa I.

b) Todas as afirmativas.

c) As afirmativas I, III e IV.

d) As afirmativas I, II e IV.

e) Nenhuma das afirmativas.

62. Assinale a alternativa correta:

a) A aposentadoria por idade, caso o segurado necessite de assistência permanente de outra pessoa, será acrescida de 25% sobre o seu valor originalmente calculado.

b) O professor que comprove tempo de efetivo exercício exclusivamente em função de magistério na educação infantil, ensino fundamental ou ensino médio, será devido Aposentadoria por Tempo de Contribuição após 35 anos, se professor ou após 30 anos, se professora.

c) O Auxílio Doença será devido ao segurado empregado a contar do 31.º dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.

d) O Salário Família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, excluindo o doméstico, e ao trabalhador avulso que tenham salário de contribuição considerado baixa renda pela legislação infralegal, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados, na forma de cota.

e) A empresa será reembolsada pelo pagamento do valor bruto do Salário Maternidade, incluída a gratificação natalina proporcional ao período da correspondente licença e das cotas do Salário Família pago aos segurados a seu serviço, mediante dedução do respectivo valor, no ato do recolhimento das contribuições devidas, na forma estabelecida pela RFB.

63. Marque V (Verdadeiro) ou F (Falso) e assinale a sequência correta correspondente:

() Atualmente, a aposentadoria compulsória no serviço público ocorre aos 70 anos de idade, conforme dispõe a Lei Complementar n.º 152/2015.

() É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelos regimes próprios de previdência social, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores portadores de deficiência, que exerçam atividades de risco, ou cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

() Em caso de morte do servidor público ativo, a pensão por morte corresponderá ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, acrescido de 75% da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

() O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou o militar dos Estados e do Distrito Federal filiado a Regime Próprio de Previdência Social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, com ou sem ônus para o cessionário, permanecerá vinculado ao regime de origem.

A sequência correta correspondente é:

- a) F, V, F, V.
- b) F, F, F, V.
- c) F, V, V, V.
- d) V, V, V, V.

e) F, V, V, V.

64. Em relação à Lei Complementar n.º 108/2001 e à Lei Complementar n.º 109/2001, que regulamentam a previdência privada no Brasil, assinale a alternativa correta:

a) O Regime de Previdência Privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao Regime Geral de Previdência Social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei.

b) As Entidades Abertas de Previdência Complementar são aquelas que oferecem planos de benefícios para certos grupos de pessoas, como servidores públicos de determinado Poder (Executivo, Legislativo ou Judiciário) ou trabalhadores de uma determinada empresa.

c) Participante é a pessoa física que aderir aos planos de benefícios das entidades fechadas ou abertas de previdência complementar.

d) As Entidade Fechadas de Previdência Complementar são fiscalizadas pela SUSEP.

e) A concessão de benefício pela previdência complementar depende da concessão de benefício pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

65. Sobre o Regime de Previdência Complementar para os Servidores Públicos Federais, instituído pela Lei n.º 12.618/2012, é correto afirmar:

a) A estrutura organizacional das EFPC (FUNPRESP e FUNPRESP-JUD) será constituída de Conselho Deliberativo (CD), Conselho Fiscal (CF) e Diretoria Executiva (DE), observadas as disposições da legislação previdenciária complementar.

b) O servidor com remuneração inferior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS poderá aderir aos planos de benefícios administrados pelas EFPC, com contrapartida do patrocinador, cuja base de cálculo será definida nos regulamentos.

c) Não poderá permanecer filiado aos respectivos planos de benefícios o participante cedido a outro órgão ou entidade da

administração pública direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive suas empresas públicas e sociedades de economia mista.

d) As contribuições do patrocinador e do participante incidirão somente sobre a parcela da base de contribuição que exceder o teto do RGPS, respeitando sempre como limite máximo o subsídio do presidente da república.

e) A constituição, o funcionamento e a extinção da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (FUNPRESP-JUD), a aplicação de seus estatutos, regulamentos dos planos de benefícios, convênios de adesão e suas respectivas alterações, assim como as retiradas de patrocínios, dependerão de prévia e expressa autorização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), órgão fiscalizador das Entidades Abertas de Previdência Complementar.